

---

Margarida Lopes dos Santos, *E.C.U. (European Currency Unit) — Moeda Europeia?* Coimbra, Coimbra Editora, 1991

---

A Europa, e o projecto que se lhe associa, é, no tempo que corre, objecto de intensa e natural curiosidade dos seus cidadãos. Em Portugal, à ambição do projecto junta-se a novidade da participação (bem sucedida?), combinação que motiva um interesse ainda mais vivo dos portugueses. Este mercado potencial, por “esclarecimento” relativo às questões europeias, tem vindo a ser preenchido por uma oferta de “obras” relativamente abundante, mas infelizmente, e com frequência, de escassa qualidade. O primeiro mérito de *E.C.U. (European Currency Unit) — Moeda Europeia?*, de Margarida Lopes dos Santos, é a recusa da facilidade do panfleto e a opção pela exposição rigorosa de factos e conceitos e pela dedução transparente de conclusões.

As questões de índole monetária apresentam-se aos olhos de muitos de nós como particularmente “atraentes” dada a sua aparente natureza enigmática, mas suscitam-nos simultaneamente um sentimento de “temor” pela sua alegada complexidade. O segundo mérito do livro em análise é a sua capacidade para abordar as questões monetárias (europeias) de forma acessível a um “não especialista informado”, pelo menos nos seus capítulos fundamentais (I e IV). Estes dois capítulos, só por si, permitem uma resposta à dupla questão encerrada no título que é proposto para a obra: é o Ecu a moeda europeia?; como será o Ecu-moeda europeia? Os Capítulos II e III, de natureza mais técnica, podem, no nosso entendimento, ser omitidos sem prejuízo (ou, de preferência, a sua leitura adiada para depois do Capítulo IV) pelo leitor menos preocupado com tais detalhes dirigidos fundamentalmente a “especialistas”.

Pelos dois motivos enunciados, o livro de Margarida Lopes dos Santos é certamente um importante contributo para a formação de uma opinião pública esclarecida em matéria económica. Pena é que a autora não aborde o Ecu e o seu futuro, e o Sistema Monetário Europeu de que aquele cabaz é elemento central, na perspectiva do interesse e da participação portuguesa, mas se limite à óptica comunitária, segundo a qual Portugal é meramente, e quanto muito, um entre doze. Tal não diminui, porém, a relevância do trabalho que nos é proposto, na compreensão, e sobretudo na antevisão, de uma realidade que é europeia, mais que portuguesa, no sentido que escassamente como país a temos influenciado, e dificilmente teremos, no futuro, oportunidade de a influenciar.

O Capítulo I explica o que é (hoje) o Ecu. É apontada a sua natureza de cabaz de moedas, e são listadas as suas funções. Especial ênfase é posta na dicotomia “circuito oficial de utilização do Ecu” versus “circuito privado de utilização do Ecu”, ou, de forma abreviada, “Ecu oficial” e “Ecu privado”. A autora opinará, à frente (p. 111), que: “A descrição de um cabaz oficial europeu separado de um cabaz financeiro (do Ecu privado), traduz a realidade de dois sistemas distintos, ligados somente por uma definição de moeda comum, e pela possibilidade de apenas um agente específico — Banco Central e ‘outros detentores’ — poder simultaneamente operar nos dois sistemas. São ligações significativamente casuais para que se possa considerar que os dois sistemas pertencem ao mesmo grupo”. A descrição das diferentes possibilidades de envolvimento de agentes privados em transacções denominadas em Ecu, ou seja do circuito do Ecu privado, merece o nosso realce, já que a incipiência de tais operações em Portugal determinará, provavelmente, um menor conhecimento das suas características por alguns de nós (não gostamos somente, nesta parte, da expressão mercado bancário, para designar o conjunto de mercados

em que o sector bancário é um interveniente preponderante).

No Capítulo IV, a autora começa por argumentar que o Ecu — cabaz de moedas, tal como hoje existe —, não é uma moeda, quando confrontado com um conceito dominantemente funcional de moeda. O passo seguinte é identificar as principais limitações do Ecu, ou mais precisamente dos dois circuitos Ecu privado e Ecu oficial, na sua (eventual) ambição de assumir o estatuto de moeda. O objectivo é clarificar alguns dos obstáculos que uma visão reformista da moeda europeia futura se deverá propor vencer. A opção por uma abordagem reformista ou "evolutiva" da União Económica e Monetária (UEM) é a essência da posição britânica nesta matéria, expressa no documento "An Evolutionary Approach to Economic and Monetary Union", cujas principais propostas seriam posteriormente concretizadas no Relatório Major. Esta abordagem "prevê a concorrência em cada espaço nacional, não apenas entre o Ecu e a moeda nacional, mas entre este e as onze moedas europeias" (p.160). Esta perspectiva, também designada abordagem da moeda paralela, "deixa o mercado determinar a velocidade a que a UEM deve prosseguir" (p.156).

A análise do debate, que opõe a posição britânica assente na abordagem da moeda paralela à abordagem institucional que visa "alcançar situações estruturalmente diferentes da realidade que hoje possuímos, e que possuiremos (ainda) em 1993" (p. 165), é o cerne do Capítulo IV. A abordagem institucional foi consagrada pelo Relatório Delors (do nome do presidente do Comité criado a partir da Cimeira de Hannover, em Junho de 1988, com a missão de estudar e propor o perfil e etapas da UEM), e confirmada pelas mais recentes cimeiras de Chefes de Estado. O objectivo fundamental desta abordagem é a criação de um sistema de paridades fixas e irrevogáveis entre as diferentes moedas nacionais, que no seu epílogo pode revestir a forma de uma moeda única. O caminho para este objectivo assenta numa estratégia voluntarista, por oposição ao papel dominante do mercado, privilegiado na abordagem evolutiva.

A descrição explícita das principais características, e dos méritos relativos destas duas abordagens, uma de continuidade, outra de ruptura com o Ecu-cabaz que a autora nos dá a conhecer no Capítulo I, é antecedida, na estrutura do Capítulo IV, por alguns tópicos cuja missão é preparar a dis-

cussão deste debate. É o caso dos diferentes conceitos de "área monetária" que fundamentarão as duas abordagens ao perfil da UEM. É também o caso da secção dedicada ao Banco Central Europeu, peça fundamental na estratégia da abordagem institucional. O Capítulo IV não esquece, ainda, a necessidade de historiar os principais episódios e descrever as principais propostas do debate sobre a UEM europeia.

Os Capítulos II e III, que podem ser lidos somente na sequência do Capítulo IV, possuem, como já advertimos, uma natureza mais técnica. No Capítulo II aborda-se o problema da composição do cabaz Ecu e do impacto das revisões desta composição. É discutida a técnica de formação da(s) taxa(s) de câmbio e taxa(s) de juro do Ecu. É analisado ainda o problema do reconhecimento oficial do Ecu privado, e a questão do sistema de compensação no circuito do mesmo Ecu privado. O Capítulo III analisa de forma mais geral o Sistema Monetário Europeu (SME). É descrito e avaliado o papel do Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC). É evidenciada a importância das estabilidade monetária e cambial, na Europa e à escala mundial, e analisado o papel do SME na prossecução desses objectivos. São apresentados alguns resultados de um interessante estudo econométrico das relações de dependência entre moedas participantes no MTC, nomeadamente entre as duas maiores protagonistas deste mecanismo: o marco alemão e o franco francês. ■

Pedro Nogueira Ramos

---

François Rachline, *De Zero a epsilon — vers une nouvelle théorie de l'économie*. Paris, Archipel-First, 1991

---

Eis uma obra de reflexão necessária, que não seria, normalmente, de esperar de um economista, professor universitário de Economia (em Paris X-Nanterre), revolucionária, iconoclasta, sobre as noções fundamentais da teoria económica vigente. Mas trata-se de uma reflexão que se impunha ante a fragilidade explicativa da ciência económica para a complexidade social em que se move, e ante a "problemática utilidade" das práticas que pretende conduzir.

F. Rachline, consciente de que a Ciência Económica tradicional é um produto históri-

co e representa apenas “um ponto de vista” sistematicamente desfasado da realidade sócio-económica efectiva, propõe-se reconstruí-la desde os fundamentos, propondo novo ponto de vista. A trave mestra desta nova construção expressa-se no título da obra. A teoria económica tradicional parte do pré-conceito do equilíbrio, da simetria de relações, em que o desequilíbrio é transitório e devendo desaguar no equilíbrio — no zero. A transacção económica — e o mercado — é concebida como anulação de forças que se afrontam — o zero — o mundo da contabilidade — mundo fechado — mundo Estático. Ora a realidade económica é *epsilon*, quase zero, diferente de zero, algo mais ou algo menos — desequilíbrio — assimetria, onde não existe reciprocidade, por anulação de forças, mas criação de diferenciais, provocando fluxos.

A teoria económica tradicional, na sequência da história em que nasceu e se desenvolveu, coloca a Produção no centro dos seus interesses e preocupações. Os mercantilistas privilegiavam a Circulação das riquezas. Os clássicos não puderam racionalizar a circulação senão como circulação de produtos. O conceito de excedentes surgiu como necessidade explicativa da Produção e da circulação de produtos. As teorias da Moeda e de Mercado obedeceram à mesma matriz. Os neo-clássicos privilegiaram o Mercado, mas numa lógica em que a Produção continuava central, numa lógica de Produção/Circulação viciada, porque o excedente só pode ter existência numa visão em que a realidade económica não é considerada como um fluxo, mas em termos de cerco, de limite ao fluxo, de equilíbrio, em lógica de zero. Zero é o Estado, a forma política da simetria, do controlo, do estabelecimento de limites, de fronteiras, de contabilidade, que exige corte do espaço e do tempo, fragmentação, corte dos fluxos. A economia nasceu Política, modelada pelo Estado. O Estado funciona como relação de poder, em sentido de verticalidade, num mundo de irreversibilidade, como o mundo do poder parental e do poder religioso. A economia como fluxo, tal como o jogo e a guerra, pertence ao mundo de reversibilidade, em que funcionam, não relações de poder, em sentido vertical, mas relações de forças, em sentido horizontal. O Estado cria território, lugar de exercício de soberania, impondo fronteiras, estabelecendo uma interioridade domesticada, controlada, para que os fluxos sejam contabilizados com a gestão pública. O Estado fixa a circulação. Como um Estado é um absurdo sem outro Estado, fronteira ver-

sus fronteira, estabelece-se um sistema estático dominante e uma lógica.

A lógica dos fluxos é outra: “movimentos de indivíduos e mercadorias, de corpos e ideias, perfumes, humores, mitos, idiomas, senhas, novidades”, vectores horizontais sem conexão com a lógica territorial. Circulação incessante. Todavia os conceitos da Ciência Económica nasceram no interior da lógica do Estado, e nunca dela se desprenderam. Não há Economia senão segundo os parâmetros do Estado. O que se designa por Economia Mundial não passa da utilização dos esquemas da Economia Internacional para o espaço mundial, concebida em termos de relações interpolares, na lógica territorial. E o Mercado? Mercado não é comércio, encontro de fluxos entrecruzados, de mercadorias, e também de ideias e de informações. O Mercado é estático, é organização de fluxos onde eles se fazem visíveis para neles se poder intervir, acelerando-os e amplificando-os. Lugar de equilíbrio, de anulação de forças, onde a economia nunca se auto-regulou, onde nunca funcionou sem intervenção estatal, ao menos por razões éticas, impedindo o mais forte de destruir o débil. O Mercado não regula os fluxos: amplifica-os, acelera-os.

Para Rachline o Mercado não é um dado imediato da Economia, é um instrumento do Estado para apreender e desviar os fluxos que o atravessam. Nestes termos, é impossível falar de Mercado Mundial. O que acontece hoje é que os fluxos económicos tendem a escapar à lógica e à organização estatal.

A palavra de ordem em Economia é *Vender*. Produzir para vender. Comprar para vender. Em teoria económica tradicional comprar e vender são simétricos, de igual importância no esquema de anulação de forças. Mas a realidade é outra, porque o que interessa é produzir (Lei de Say). Hoje até se vende antes de produzir, para se produzir mais eficazmente. Nós diríamos que antes do produto se produz hoje o comprador, se produz o mercado ainda sem produto. Trata-se de um fenómeno de captura do fluxo económico. Sempre assim foi, desde a economia primitiva, desde a economia feudal: captar, tomar, à natureza ou a outrem. O Príncipe, etimologicamente, é o que primeiro capta, captura. O chefe primitivo capta através do sistema de “dívida”, o senhor feudal através dos despojos de guerra, o empresário moderno através do lucro. A captura prima sobre a propriedade. A teoria económica não tem explicação para as noções de “sistema de

dívida", para o despejo e para o saque. Só está preparada para a civilizada Produção, que não é mais que uma técnica de captura dos fluxos monetários, que se opera pela venda. Em qualquer sociedade a captura de fluxos está associada ao poder e à exibição do poder. A guerra, a fiscalidade, têm aí a sua origem. Fluxos em circulação controlada e desviada. O processo produtivo surge quando a regularidade e a abundância de bens só podem ser obtidas por ele, pelo mercado e pelos instrumentos monetários. A captura moderna faz-se pelo Mercado. Não se trata de apropriação, mas de capacidade de controlo e de desvio de fluxos — isto é, de influência. Pelo "marketing", pela publicidade, pela inovação, as empresas buscam controlar os mercados, torná-los cativos. O "valor acrescentado" é um engano; faz crer num valor objectivo pré-existente, quando apenas corresponde a um diferencial entre o preço do custo e o preço do mercado, e é apenas expressão de força de captação, controlo da fluência, é *in-fluência*.

A história do capitalismo é a história dos que sabem jogar sobre os diferenciais, tirar vantagem das fluências, hoje predominantemente financeiras. A riqueza não é acumulação de bens, é capacidade de controlo e de desvio dos fluxos.

A lógica de *epsilon* conduz a dissociar a Economia do Estado e a introduzir um diferencial permanente nas relações humanas, que impede a concepção de anulação de forças. A natureza profunda das relações sociais é de reciprocidades não simétricas, o que destrói a base da teoria tradicional. O desvio dos fluxos supõe a criação de diferenciais. A moeda nasce dos diferenciais;

estes são os produtores de movimento. As trocas em sentido tradicional não existem; existem, sim, "sucessões de diferenças de potencial". Só pelo *epsilon* se pode reconstruir a verdade económica.

Julgamos não haver traído, nesta rápida síntese, o essencial da reflexão de Rachline.

Pensamos que se trata de uma reflexão da maior pertinência e de bem fundadas razões. Não a achamos, porém, completamente satisfatória, na medida em que nos parece não haver saído ainda completamente da esquizofrenia em que assenta a teoria económica. Enquanto a teoria económica não for capaz de se integrar, ou ser integrada, numa teorização de todo o social, o maior espaço das relações económicas (marginalizado no campo do "não económico") ficará como modelo esquizofrénico de explicação da história humana, redutora e reduzida, ineficaz.

Não concordamos com a secundarização que Rachline estabelece para o fenómeno da Produção, que julgamos primordial. Estranhamos que a Demografia e a pressão demográfica não surjam sequer em toda a sua reflexão. Afinal tudo começa porque o homem se produz e se reproduz e produz coisas e, mais do que coisas, produz significações.

A nosso ver, é na economia das significações, da produção e comércio — assimétrico — das significações que se joga o essencial. Das significações não cura a Economia; a sua maior fragilidade é parte do seu desfasamento do real. ■

José Veiga Torres